



#### **REQUERIMENTO Nº 410-2023**

Processo nº 1935-2023

**EMENTA:** Solicita informações sobre contingenciamento determinado recentemente pela Municipalidade cujo objetivo visa revisar controlar gastos públicos, limitando despesas a fim de adequar o equilíbrio orçamentário e financeiro do município, sem que tudo isso inviabilize o crescimento e evolução da nossa cidade especialmente para os próximos meses, os quais serão, diga-se de passagem, os últimos deste atual governo municipal.

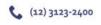
### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

Considerando-se a edição do Decreto Municipal n 9.951, de 19 de setembro de 2023, dando conta de que a receita arrecadada de 2023, até o presente momento, não está acompanhado as despesas empenhadas;

Considerando-se que o Chefe do Executivo informou que esta situação está colocando o orçamento municipal em déficit, que justifica a tomada de ações previstas neste Decreto, especialmente para honrar as obrigações assumidas pelo município através de diversos contratos ou termos de ajuste celebrados com terceiros;

Considerando-se, que essa situação trata, portanto, de contingenciamento, a qual busca o bloqueio das dotações orçamentárias para assegurar o equilíbrio do orçamento, isto é, a estabilidade entre as receitas e despesas;

Significa dizer que diversas ações em andamento pelo Executivo Municipal serão suspensas ou até mesmo canceladas, a aplicação de recursos em setores importantes da máquina municipal será interrompida, investimentos serão suspensos dentre outros aspectos negativos que colocam todo o orçamento municipal em cheque;







www.camaraguaratingueta.sp.gov.br camara@camaraguaratingueta.sp.gov.br





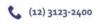
Não é preciso dizer que essa situação reflete, no mínimo, um excesso de confiança do Chefe do Executivo que se traduz claramente em um esbanjamento de recursos que culminam, agora, na necessidade de contingenciar a fim de cumprir o planejamento básico das leis orçamentárias.

E não se trata apenas de um problema de "arrecadação" ou de diminuição das "receitas", ou prejuízos nos repasses obrigatórios pelos demais entes ao nosso município. Na realidade, está na outra ponta, os gastos do Executivo Municipal, realizados sob os olhares de um orçamento projetado e que agora não está se confirmando, levando, com toda razão, a um desequilíbrio nas contas, obrigando o Chefe do Executivo a realização de cortes.

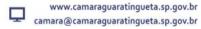
Essa situação levanta uma série de questionamentos especialmente quanto à condução da administração do Executivo já que um orçamento não factível certamente deveria sugerir ao Chefe do Executivo maior cautela. Um desequilíbrio nas contas coloca em risco o desenvolvimento do município, o que é inegável, já que muitos investimentos ficarão suspensos e até mesmo cancelados justamente em áreas cruciais ao desenvolvimento da cidade.

Há, eventualmente, risco, embora o contingenciamento seja uma ação preventiva que visa resguardar a continuidade das atividades da máquina pública, sobretudo naquelas essenciais, há medidas mais drásticas e duras, como cortes gerais e suspensão de investimentos, interrupção de concursos públicos para contratação de novos servidores, ampliação de serviços em geral, obras e reformas na estrutura urbana, ampliação de serviços de caráter essencial, como coleta de esgoto e entrega de água encanada até mesmo a realização de convênios para a consecução de ações importantes para o município, com a participação do próprio, através de contrapartidas.

Recentemente apresentamos um requerimento de informações sobre o andamento das obras que são custeadas com os recursos do FINISA. São ações importantes financiadas por um fundo específico mais não deixam de ser empréstimos tomados pela Municipalidade, ou seja, um encargo que governos futuros deverão honrar. Nosso questionamento neste momento é se a situação orçamentária ruim do











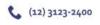


município comportará a finalização das obras e se esse empréstimo, ou melhor, esse endividamento não impactará as futuras contas municipais, uma vez que a situação poderá piorar exigindo ações mais drásticas de um contingenciamento ainda mais hostil.

As Leis Orçamentárias não podem ser peças de mera ficção a permitir ao Chefe do Executivo Municipal gastos desnecessários, sem critério ou, ainda, desordenados. Observa-se, comumente nestas situações de descontrole financeiro, certo relaxamento, ou melhor, distração do Gestor Municipal com os gastos, sobretudo quando se deseja transformar a cidade em um "canteiro de obras" para servir, pura e simplesmente, de cenário de marketing ou publicidade, sobretudo quando o término do governo já bate à porta e novas eleições se avizinham.

Vislumbra-se uma despreocupação do atual Governo Municipal com os resultados, já que tem gastado muito e, ao mesmo tempo, experimentado efeitos ruins em diversos setores da máquina. Veja por exemplo o retrocesso na saúde municipal, que na prática vive um caos, mas que a governança municipal a trata como um verdadeiro sucesso. Por outro lado, o gasto realizado pela Municipalidade pouco tem beneficiando a vida da população de Guaratinguetá, a cidade não tem procurado manter um bom nível de crescimento, a sua população empobreceu, as condições de vida, na prática, estão ruins, a cidade se estagnou.

Nesse cenário, como aceitar um novo contingenciamento orçamentário quando em muitas frentes, a necessidade imperiosa de investimentos e melhorias significativas se faz necessária e, ao mesmo tempo, observar gastos desordenados e sem resultados práticos diretos, sendo que as condições de vida da população não melhoraram? A conta não fecha, fica difícil entender esse quadro, levando a concluir que se trata de maus gastos e de desperdício de dinheiro público mesmo, principalmente quando setores tão essenciais à vida das pessoas são relegados, esquecidos ou ignorados. Contingencia-se por que é necessário, por que assim a Lei determina e a obedece quem tem algum juízo, entretanto, a situação é, indubitavelmente, um atestado da má administração que tomou conta de Guaratinguetá nos últimos anos.











Nunca é demais dizer que os maiores investimentos realizados no país vêm dos próprios governos. A iniciativa privada, embora bastante atuante e parceira dos governos, ainda não consegue tomar a dianteira nessas questões estruturais. Agora que enfrentamos um novo contingenciamento, fica a pergunta: como ficarão os investimentos da cidade para os próximos meses? Quem responderá pelo mau passo dado na administração municipal, que certamente colocará a cidade em retrocesso, em sentido contrário ao do avanço, porquanto se gastou muito, não se chegou a lugar nenhum e não há mais dinheiro para nada? Quem se responsabilizará pela herança maldita deixada para o próximo mandatário?

REQUEREMOS, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor *MARCUS AUGUSTIN SOLIVA*, Prefeito do Município da Estância Turística de Guaratinguetá, solicitando-lhe que providencie o envio, a esta Casa, de informações sobre o contingenciamento recentemente determinado pela Municipalidade cujo objetivo visa revisar e controlar os gastos públicos, limitando despesas a fim de adequar o equilíbrio orçamentário e financeiro do município, sem que tudo isso inviabilize o crescimento e evolução da nossa cidade especialmente para os próximos meses, os quais serão, diga-se de passagem, os últimos deste atual governo municipal.

Solicitamos, ainda, o envio de cópia do presente Requerimento a Ilustríssima Senhora *ANA LÚCIA CAMARGO VELOSO ANDRADE* – Diretora do Jornal "Notícias".

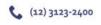
Recinto do Plenário "Vereador João Mod", setembro de 2023.

MARCELO "DA SANTA CASA" Vereador

> ORVILLE TEIXEIRA Vereador

> > ROSA FILIPPO Vereadora

Departamento Legislativo – MS/OT/RF/sa.







www.camaraguaratingueta.sp.gov.br camara@camaraguaratingueta.sp.gov.br

